

RELATÓRIOS DE PESQUISA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS: CARACTERÍSTICAS E MODALIDADES DE INVESTIGAÇÃO

Luciane Alves Fernandes*

José Mário Matsumura Gomes**

Sinopse: O presente artigo trata das diversas classificações de pesquisas abordadas por autores da área de metodologia científica e tem como objetivo reunir conceitos e evidências capazes de sustentar uma abordagem mais ampla na classificação dos tipos de pesquisa aplicáveis às ciências sociais. Inicialmente, serão descritos os conceitos relacionados ao tema, tais como pesquisa e pesquisa científica, problema e problema científico. Após será apresentado um quadro resumo da classificação elencada pelos autores pesquisados, onde serão apresentados os tipos de pesquisa de acordo com as suas finalidades; de acordo com os meios, procedimentos ou técnicas, ou ainda uma classificação denominada geral, no caso da mesma não estar especificada pelo autor. Com base nas modalidades de pesquisa que apresentaram o maior grau de incidência observado, foi elaborada uma descrição e análise das mesmas. Finalmente, as conclusões pertinentes ao tema.

Palavras-chave: Tipos de pesquisa. Problema científico. Metodologia científica.

Abstract: The present article deals with the diverse classifications of boarded research for authors of the area of scientific methodology and has as objective to congregate concepts and evidences capable to support a ampler boarding in the classification of the types of research applicable to social sciences. Initially, the concepts related to the subject will be described, such as research and scientific research, problem and scientific problem. After a framework summary will be presented of the classification of types of research for the searched authors, where its purposes will be presented the types of research in accordance with goals; in accordance with the ways, procedures or techniques, or still a general called classification, in the case of the same one not to be specified for the author. On the basis of the research modalities that had presented the biggest degree of observed incidence, were elaborated a description and analysis of the same ones. Finally, the pertinent conclusions to the subject.

Key words: Types of research. Scientific problem. Scientific methodology.

* Mestra em Ciências Contábeis pela Unisinos. Professora da Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas São Judas Tadeu. (luciane@grupointegral.com.br).

** Mestre em Ciências Contábeis pela Unisinos. Professor da Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas São Judas Tadeu. (josemario@grupointegral.com.br).

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo constitui-se na elaboração de uma investigação sobre as classificações utilizadas para os diversos tipos de pesquisa que podem ser realizados no decorrer de um processo de investigação a respeito de um determinado tema, relacionado às ciências sociais.

Tais classificações consistem na consolidação da opinião de diversos autores, buscando-se apontar as divergências e os pontos em comum. Trata-se de disciplinar parcialmente a ação pretendida no plano global em termos de definição da metodologia de pesquisa a ser utilizada em um projeto de pesquisa, uma monografia, uma dissertação ou uma tese.

É importante salientar que o foco deste estudo é apresentar os principais tipos de pesquisa, portanto não tem a pretensão de esgotar todas as abordagens apontadas pelos autores, motivo pelo qual será apresentada uma exposição detalhada dos principais tipos e uma breve exposição de alguns dos demais tipos de pesquisa.

Este estudo visa proporcionar ao leitor uma visão conjunta sobre os tipos de pesquisa, sua inter-relação com os problemas de pesquisa, bem como a descrição das características básicas das diferentes abordagens.

2 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE PESQUISA

Inicialmente, deve-se conceituar o objeto do presente trabalho: a pesquisa. Gil (1991, p.19) considera a pesquisa como "procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos". Comungam também dessa idéia Lakatos e Marconi (2001) e Cervo e Bervian (1996) que a definem como uma atividade voltada à busca de respostas e à solução de problemas para questões propostas, através da utilização de métodos científicos.

Para Minayo (1993, p.23), a pesquisa é uma atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade, constituindo-se em uma atitude e prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. "É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados". Esta definição a caracteriza como uma atividade inacabada, pois ao resultado de uma pesquisa não se deve atribuir verdade absoluta, uma vez que as descobertas

são sempre renovadas. Todas as análises dela decorrentes apresentam várias implicações apreciativas e analíticas, cabendo ao pesquisador evidenciar o que está enquadrado no conhecimento empírico e explicar com segurança suas descobertas através do conhecimento científico.

Assim, normalmente a pesquisa inicia-se com um problema ou indagação e torna-se necessária a utilização de procedimentos científicos. Contrariando parcialmente este enfoque, Kerlinger (1980, p.33) reporta-se à questão de que nem todo o problema é passível de tratamento científico, explicitando exemplos, tais como: “Como fazer para melhorar o transporte urbano?; ou Como aumentar a produtividade no trabalho?.”

Esses problemas são considerados pelo autor (*op. cit.*) como problemas de "engenharia", ou seja, são problemas que se referem a como fazer algo de maneira eficiente, impossibilitando a investigação segundo os métodos próprios da ciência, devido a forma de proposição dos mesmos.

Outro ponto enfatizado pelo autor (*op. cit.*) refere-se a problemas de valor. Questões que indagam se uma coisa é boa ou má, desejável ou indesejável, certa ou errada, melhor ou pior, se algo deve ou não ser feito, também não podem ser considerados como científicos. Sua justificativa é que "a pesquisa científica não pode dar respostas a questões de engenharia e de valor porque sua correção ou incorreção não é passível de verificação empírica".

Diante do exposto, é evidente a necessidade da segregação de problema e problema científico e, conseqüentemente, pesquisa e pesquisa científica. Por isso, abordam-se a seguir as inúmeras classificações de pesquisa apontadas por diversos autores, quando se busca identificar uma associação entre problema de pesquisa e tipo de pesquisa, bem como a identificação de tipos de pesquisa que se enquadrem como não-científicas.

3 CLASSIFICAÇÕES DE PESQUISA

Existem inúmeras classificações de pesquisa. Absolutamente não existe um consenso entre os autores. Cada um apresenta sua interpretação, e elas diferem bastante umas das outras. Para se ter idéia da diversidade, Mauch e Birch (1998, p. 116) afirmam não terem encontrado padrões de terminologia de metodologia de pesquisa. Para confirmar isso, eles examinaram cinco obras de metodologia publicadas de 1993 a 1997. Ao todo, eles listaram 15 tipos de pesquisa, e

concordavam em apenas duas, o equivalente a 13% do total de classificações. Cada uma incluía, no mínimo, uma classificação diferente das demais.

Lakatos e Marconi (1985) apresentam as classificações abordadas por vários autores, mas não se posicionam claramente. Fica subentendida a classificação utilizada pelas autoras no decorrer da obra, mas não está explícito.

Köche (1997, p. 125) nos traz uma importante contribuição à este artigo, ao referir-se ao valor de um ou outro tipo de pesquisa, estabelecendo que os méritos de um ou outro tipo de pesquisa são idênticos, desde que haja em qualquer tipo utilizado "mostra de cientificidade e desde que o tipo de pesquisa seja o mais adequado à natureza do problema analisado."

Diante disso, o que se procura buscar neste artigo é confrontar a opinião dos autores, analisá-las, através da descrição de cada uma das modalidades citadas, bem como relacionar o tipo de pesquisa ao problema de pesquisa.

Para isso, será apresentado a seguir um quadro contendo as classificações abordadas pelos autores pesquisados neste estudo. Cabe destacar que o quadro inicial constava com 34 diferentes classificações. Em função do fato de muitas modalidades terem sido citadas por apenas um autor, algumas foram retiradas, entre elas a avaliação de resultados e proposição de planos citada por Roesch, os estudos estatísticos, citado por Boyd e Westfall, e as pesquisas interpretativa e *single subject*, citadas por Locke.

Quadro 1
Modalidades de Pesquisa

TIPOS DE PESQUISA																													
	Avaliação formativa	Levantamento de dados	Intervencionista	Estudo de caso	De laboratório	Bibliográfica	Ex post facto	Meta analysis	Correlacional	Quantitativa	Exploratória	Experimental	Participante	Motivação	Metodológica	Explicativa	Diagnóstico	Qualitativa	Histórica	Descritiva	Documental	Preliminar	Aplicada	De campo	Teórica	Crítica	Causal	Pura	Ação
AUTORES																													
Vergara			X	●	●	●	●				X	●	●		X	X				X	●		X	●					●
Gil		●		●		●	●				X	●	●			X				X	●				●				●
Santos																						■	■	■	■				
Cervo-Bervian				●		X					●	X		●						X	●								
Roesch	X			●						■	●	●	●				X	■		●			X						●
Locke et al								■	■	■		■						■		■						■			
Mattar		●		●	●						X	●							X	●				●			X		
Fachin					■	■																		■					
Mauch	■			■				■	■	■	■	■			■			■							■				■
Lakatos e Marconi					●	●					X	X							X	●				●					
Köche						■					■	■								■									
Parasuraman											■	■								■									
+Best												■							■	■			■					■	
+Hyman												■								■									
+Rummel						■						■											■					■	
*Selltz											X									X								X	
*Churchill											X									X								X	
*Green & Tull											X									X								X	
*Boyd & Westfall				X							X	X																	
*Cox & Good											X									X								X	
*Kerlinger							X					X																	
*Drake & Miller											X	X								X									
*Kinnear & Taylor											X									X								X	
*Kirk & Miller										■								■											
TOTAL	2	2	1	7	4	7	3	2	2	4	16	16	3	1	2	2	1	4	1	17	5	1	5	5	2	2	6	2	4

(+) Apud Lakatos e Marconi

(X) Quanto aos fins

(*) Apud Mattar

(■) Geral - não especificada

(●) Quanto aos meios, procedimentos ou técnicas

Fonte: Dados da pesquisa.

3.1 PESQUISA EXPLORATÓRIA

Essa modalidade de pesquisa é, juntamente com a pesquisa descritiva, a mais citada pelos autores. De acordo com Gil (1991, p.45), ela visa proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses, tendo como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições.

Köche (1997, p.126) acrescenta que esse tipo de pesquisa é adequado para casos em que ainda não apresentem um sistema de teorias e conhecimentos desenvolvidos. "Nesse caso é necessário desencadear um processo de investigação que identifique a natureza do fenômeno e aponte as características essenciais das variáveis que se deseja estudar."

Nesse sentido, Mattar (1999, p.80) afirma que "esse tipo de pesquisa é particularmente útil quando se tem uma noção muito vaga do problema de pesquisa". Através do conhecimento mais profundo do assunto em questão, busca-se estabelecer melhor o problema de pesquisa, através da elaboração de questões de pesquisa ou desenvolvimento de hipóteses explicativas para os fatos e fenômenos a serem estudados. Mattar (1999, p.81) cita que ela pode ainda ajudar a estabelecer as prioridades a pesquisar. "As prioridades poderão ser estabelecidas porque uma particular hipótese explicativa surgida durante a pesquisa exploratória parecerá mais promissora que outras."

Já Cervo e Bervian (1996, p.49), consideram a pesquisa exploratória como uma forma de pesquisa descritiva e fazem afirmações elucidativas com relação à figura da construção de hipóteses no estudo exploratório, ao afirmarem:

O estudo exploratório [...] é normalmente o passo inicial no processo de pesquisa pela experiência e auxílio que traz na formulação de hipóteses significativas para posteriores pesquisas. Os estudos exploratórios não elaboram hipóteses a serem testadas no trabalho, restringindo-se a definir objetivos e buscar maiores informações sobre determinado assunto de estudo.

Vergara (2000, p.46), por sua vez, afirma que essa modalidade de pesquisa não comporta hipóteses, por sua natureza de sondagem, mas não elimina a sua construção, uma vez que afirma que "poderão surgir durante ou ao final da pesquisa."

Lakatos e Marconi (1985, p.86), apresentam a pesquisa exploratória como um grupo componente de pesquisa de campo e citam três finalidades da mesma: desenvolver hipóteses,

aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos.

Mauch e Birch (1998) citam alguns exemplos de pesquisas exploratórias, tais como: “o comportamento de metais fundidos sob condições de gravidade praticamente zero” ou “o estudo de objetos extraterrestres para evidenciar formas de vida”.

Pelo exposto, trata-se de uma modalidade de pesquisa utilizada quando não existe trabalho científico anterior, pois fundamentalmente se está buscando um conhecimento maior sobre o tema, uma vez que este não foi ainda objeto de pesquisa. Também a pesquisa exploratória é utilizada para casos em que, por falta de familiaridade com o problema de pesquisa, necessite-se de um estudo que oriente a direção a ser seguida, como em alguns casos específicos dentro de uma organização, embora muitas vezes possam existir teorias e conhecimentos a respeito do tema em questão. Com relação à formulação de hipóteses, estas poderão surgir no decorrer do trabalho, mas não é um elemento fundamental dessa modalidade de pesquisa.

3.2 PESQUISA DESCRITIVA

Vergara (2000, p.47) argumenta que a pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza. "Não têm o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação." Cita como exemplo a pesquisa de opinião.

Gil (1991, p.46) acrescenta que algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, pretendendo determinar a natureza dessa relação. Cita ainda a existência de pesquisas que, "embora definidas como descritivas a partir de seus objetivos, acabam servindo mais para proporcionar uma nova visão do problema, o que as aproxima das pesquisas exploratórias."

Contrariando os enfoques abordados, Locke *et al.* (1998, p. 128), consideram que a pesquisa descritiva apenas captura e mostra um cenário de uma situação, expressa em números e que a natureza da relação entre variáveis é feita na pesquisa correlacional.

Contribuição muito importante a este estudo nos traz Mattar (1999, p. 45), ao abordar um aspecto importante na identificação de uma pesquisa descritiva. Esse tipo de pesquisa

"responderá a questões como: quem, o quê, quando e onde." Cita como exemplo o estudo do perfil do consumidor de um determinado produto.

Dessa forma, o autor ressalta a inter-relação com o problema de pesquisa, ao afirmar que sua utilização deverá ocorrer quando o propósito de estudo for descrever as características de grupos, estimar a proporção de elementos que tenham determinadas características ou comportamentos, dentro de uma população específica, descobrir ou verificar a existência de relação entre variáveis.

Pode-se observar que os autores não se reportam a questão da formulação de hipóteses para sustentar a pesquisa descritiva, o que parece indicar que não seja elemento essencial no desenvolvimento da referida pesquisa, ou que até mesmo seja inexistente.

Sob esse aspecto, Lakatos e Marconi (1996, p. 76) fazem referência expressa à formulação de hipóteses no estudo descritivo, ao afirmar que uma pesquisa descritiva pode ser um estudo de verificação de hipóteses, o qual contém hipóteses explícitas a serem verificadas, derivadas da teoria, consistindo-se em caso de associação de variáveis.

Trata-se, portanto, de uma modalidade de pesquisa cujo objetivo principal é descrever, analisar ou verificar as relações entre fatos e fenômenos (variáveis), ou seja, tomar conhecimento do que, com quem, como e qual a intensidade do fenômeno em estudo. A pesquisa descritiva pode também ser utilizada para avaliação de programas; sendo que tais estudos podem ou não trabalhar com a formulação de hipóteses e muitas vezes podem servir de base para estudos de relações causais.

3.3 PESQUISA CAUSAL/EXPLICATIVA

Neste artigo, encontram-se estas duas nomenclaturas distintas, mas conceitualmente idênticas, motivo pelo qual ambas serão tratadas aqui conjuntamente.

Primeiramente, é necessário uma clara definição do conceito de causalidade. Para Mattar (1999, p. 126) "[...] a causalidade é um conceito complexo que tem significado diferente para o "senso comum" das pessoas e para os cientistas". O primeiro considera que um determinado evento é responsável por outro, a causação determinística; já o cientista reconhece que um evento tem um número de condições determinantes cuja ação conjunta pode ocasionar um provável efeito, a causação probabilística.

Pode-se inferir, portanto, que existe uma substancial diferença em ambos os conceitos. A relação de causalidade, em termos científicos, deverá ser sempre tratada sob o prisma da causação probabilística. Isto porque dificilmente se torna possível afirmar categoricamente a existência de causalidade ou como afirma Mattar (1999, p. 97), "[...] o cientista jamais chega a afirmar categoricamente a relação de causalidade". As conclusões científicas aparecem em termos de probabilidade, com afirmações do tipo: se ocorrer x, provavelmente y deverá ocorrer.

O fator determinante para não se fazer afirmações categóricas com relação à existência de causalidade é a consciência científica da impossibilidade de provar a relação causa-efeito. Dessa forma, o cientista procura apenas inferir sobre a existência de uma possível relação de causalidade, com base na observação do comportamento das variáveis em estudo.

Mattar (1999, p. 98) apresenta-nos um esquema prático utilizado para inferir relações de causalidade, que consiste basicamente nas etapas a seguir:

1- Variação Concomitante: refere-se à ocorrência de variação conjunta entre uma possível causa e um efeito;

2- Ordem de ocorrência das variáveis no tempo: um evento só poderá ser causador de outro se ocorrer antes ou simultaneamente ao evento causado;

3- Eliminação de outros fatores: trata-se de buscar e eliminar outros possíveis fatores causadores do efeito estudado.

Mattar (1999) ressalta que a observação destes três fatores proporciona ao cientista uma base razoável para detectar a existência de causalidade, e afirma que a questão básica a ser respondida em uma investigação causal é “por quê?”.

Corroborar esse enfoque Vergara (2000, p.47) que adota a nomenclatura de pesquisa explicativa, e afirma que esse tipo de pesquisa "tem como principal objetivo tornar algo inteligível, justificar-lhe os motivos. Visa, portanto, esclarecer quais fatores contribuem, de alguma forma, para a ocorrência de determinado fenômeno." Afirma também a autora que essa modalidade de pesquisa pressupõe pesquisa descritiva como base para suas explicações.

Gil (1991, p.46) corrobora a classificação de Vergara e diz que esse tipo de pesquisa é "o que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão das coisas. Por isso é o tipo mais complexo e delicado, já que o risco de cometer erros aumenta consideravelmente." Afirma ainda que o conhecimento científico está assentado nos resultados oferecidos por tais

estudos, que se utilizam de pesquisas exploratórias e descritivas como uma etapa prévia e valem-se quase exclusivamente do método experimental.

Portanto, trata-se de um tipo de pesquisa que pode ou não prescindir de uma pesquisa descritiva, que descreva o relacionamento entre as variáveis e também uma modalidade de pesquisa que se utiliza basicamente de experimentos para inferir as relações de causalidade, a pesquisa experimental. Também se torna importante evidenciar a importância desse tipo de pesquisa para a ciência, uma vez que seu principal propósito é a busca de respostas para uma questão fundamental em qualquer ramo do conhecimento: o porquê, ou seja, as causas da ocorrência de determinado acontecimento.

3.4 PESQUISA EXPERIMENTAL

Amplamente citada pelos autores pesquisados neste estudo, a pesquisa experimental caracteriza-se pela manipulação das variáveis em estudo, com a finalidade de estabelecer relações de causalidade.

Observando-se as classificações constantes do quadro 1, vê-se claramente que essas duas modalidades não são citadas concomitantemente, ou seja, os autores classificam as pesquisas ou como experimental, ou como causal, ou seja, quanto aos objetivos (causal) e quanto aos procedimentos utilizados (experimental).

Por isso, buscar-se-á descrever as suas características dessas duas modalidades de pesquisa visando a uma melhor compreensão da relação entre a pesquisa causal e a experimental.

Köche (1997, p.122) aborda as seguintes questões na introdução de seu estudo: "Em que medida x afeta y ? ou em que medida $x_1, x_2, x_3, \dots, x_n$ afetam y ?" A partir daí, o investigador analisa o problema, constrói suas hipóteses e trabalha manipulando os possíveis fatores (variáveis) que se referem ao fenômeno observado, para avaliar como se dão suas relações preditas pelas hipóteses.

Gil (1991, p.53) corrobora com as idéias de Köche, e afirma ainda que "o experimento representa o melhor exemplo de pesquisa científica". O autor nos dá uma importante contribuição para o entendimento da pesquisa experimental, através da montagem de um esquema básico de experimentação.

Nesse sentido, cabe destacar a definição de experimento de Kerlinger (1980, p. 48), coincidente com a descrição de pesquisa experimental apresentada por Vergara (2000). Segundo o autor, o experimento é um tipo de pesquisa científica no qual o pesquisador “manipula ou controla uma ou mais variáveis independentes e observa a variação na variável ou variáveis dependentes concomitantemente à manipulação das variáveis independentes.”

Contudo, há ainda outros fatores que podem vir a afetar o resultado de um experimento, que são as chamadas variáveis estranhas, ou seja, aquelas que não são consideradas no estudo e podem vir a afetar os resultados produzidos na variável dependente. Em um estudo experimental, tais variáveis constituem um problema para o pesquisador, que não pode deixar de considerar os seus efeitos, pois eles podem comprometer muito os resultados de uma pesquisa.

Mattar (1999, p. 106) e Parasuraman (1991, p. 295) apresentam-nos alguns tipos de variáveis estranhas, que podem exercer influência nos resultados de um experimento, entre as quais pode-se citar:

1. História: refere-se a eventos específicos (v.g. econômicos), ocorrendo ao mesmo tempo, mas externamente ao experimento;
2. Maturação: diz respeito às mudanças na unidade de teste ao longo da duração do experimento. Nada é estático e podem ocorrer mudanças que podem vir a afetar os resultados (v.g. estado civil, idade, status social);
3. Efeito-teste (TP ou TI) – também chamado de efeito pré-teste e diz respeito basicamente a problemas que envolvem participantes humanos, em que os mesmos respondentes são avaliados mais de uma vez;
4. Variação nos instrumentos: diz respeito a mudanças nos instrumentos utilizados para a pesquisa (v.g. mudança de entrevistador);
5. Mortalidade das unidades de teste: refere-se a interferência que ocorre nos resultado devido a perdas nas unidades de teste, durante a realização de um experimento.

O pesquisador, ao lidar com essas variáveis estranhas ao experimento, deve ser bastante cauteloso, sob pena de não obter resultados significativos em sua pesquisa.

Observa-se a preocupação relativa à validade interna e externa dos experimentos. Nesse sentido, importante contribuição nos traz Locke *et al.* (1998, p. 119) ao afirmar que duas questões pertinentes devem ser consideradas. Com relação à validade interna: “*Do the findings tell the*

truth about the question posed in the study?" e com relação à validade externa: "Do the findings tell the truth about these questions when they are situated outside the study?"

Além disso, o autor questiona enfaticamente a validade externa de pesquisas médicas. Ele afirma que, em virtude de tais estudos serem tão caros e consumirem muito tempo, pode ser tentador estender o conhecimento adquirido para pessoas não incluídas na amostra, o que pode ser injusto, enganador, dispendioso e perigoso. Seus estudos enquadram-se perfeitamente nos dias de hoje, ao ver-se tantas pesquisas sucessivas e contraditórias, como o exemplo do uso de café. Até pouco tempo atrás, os cientistas afirmavam que café fazia mal à saúde. Entretanto, algumas pesquisas atuais vêm afirmado exatamente o contrário.

Além disso, existe a necessidade de cuidado no emprego de projetos experimentais quando se tratar de objetos sociais, pois se trata de uma questão extremamente delicada, conforme nos explica Gil (1991, p. 55) ao falar das vantagens e limitações da pesquisa experimental:

São indiscutíveis as vantagens da pesquisa experimental. [...] boa parte daquilo que se conhece nas ciências físicas e biológicas foi obtido mediante procedimentos experimentais. E nas ciências humanas é o delineamento experimental que possibilita o mais elevado grau de clareza, precisão e objetividade aos resultados. Contudo, por exigir previsão de relação entre variáveis a serem estudadas, bem como o seu controle, torna-se, em boa parte dos casos, inviável quando se trata de objetos sociais.

Associam-se as posições de Gil com as de Köche (1997, p. 125), quando este último autor afirma que, nas áreas de ciências humanas e sociais, existem problemas éticos envolvidos na questão da pesquisa experimental. Não se pode, por exemplo, deixar um grupo de indivíduos sem alimentação regular para observar seu efeito sobre a produtividade no trabalho. Pode-se, sim, através de uma pesquisa descritiva, estabelecer a relação entre essas variáveis, selecionando uma amostra aleatória de trabalhadores de diferentes faixas de produtividade e investigar a quantidade e qualidade dos alimentos que ingerem diariamente.

Köche (1997, p. 25) acrescenta ainda a impossibilidade de operacionalizar a manipulação a priori de algumas variáveis, em virtude de sua natureza. "Não se consegue, por exemplo, aumentar ou diminuir a inteligência de uma pessoa para verificar os seus efeitos sobre uma outra variável." Torna-se necessário compor amostras com indivíduos que apresentam diferentes níveis de inteligência para desenvolver o estudo.

Claramente, observa-se a dificuldade da execução de uma pesquisa de natureza experimental nas áreas de ciências humanas e sociais, nem por isso se pode desconsiderar também as vantagens proporcionadas por tal pesquisa. Kerlinger (1980, p. 27) nos apresenta algumas delas, tais como: a possibilidade de fácil manipulação das variáveis, proporcionando uma situação de elevado controle dos experimentos e estudo detalhado das relações entre as variáveis, isoladamente ou em conjunto; a flexibilidade das situações experimentais que otimiza a testagem dos vários aspectos das hipóteses, bem como a possibilidade de replicar os experimentos, facilitando, assim, a participação da comunidade científica na sua avaliação (1999, p. 125).

Pelo exposto, a pesquisa experimental, muito importante para a ciência, especialmente no que tange à ampliação do conhecimento, apresenta alguns problemas com os quais se pode deparar o pesquisador que estiver investigando relacionamentos de causa e efeito. Entretanto, cabe ao pesquisador examinar os problemas e limitações inerentes a uma pesquisa dessa natureza, sem desconsiderar, contudo, a sua importância para a evolução da ciência.

Cabe ressaltar ainda a relação existente entre a pesquisa causal e a pesquisa experimental. Através da observação das características de ambas, constata-se que se trata do mesmo tipo de pesquisa, qual seja, a pesquisa feita com o objetivo de estabelecer relacionamento de causa e efeito entre as variáveis, em que ela é causal com relação aos objetivos e experimental quanto aos procedimentos.

3.5 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

A pesquisa bibliográfica é, sem dúvida, uma das fontes mais importantes de pesquisa e constitui etapa prévia a ser feita em um processo de pesquisa, seja qual for o problema em questão. Isto se deve ao fato de que é absolutamente necessário um conhecimento prévio do estágio em que se encontra um assunto, antes de iniciar-se qualquer estudo, para não correr o risco de se pesquisar um tema que já foi amplamente pesquisado.

A pesquisa bibliográfica abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, dissertações, internet etc., até meios de comunicações orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filme e televisão. “A sua finalidade é colocar o pesquisador em contato

direto com tudo o que foi dito, escrito ou filmado sobre determinado assunto,” (LAKATOS; MARCONI, 1996, p.66).

Nesse sentido, Köche (1997, p. 122) reforça o aspecto do objetivo da pesquisa bibliográfica: “conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado tema ou problema, tornando-se instrumento indispensável a qualquer tipo de pesquisa.”

Esse contato inicial propicia ao pesquisador o exame de um tema sob um novo enfoque ou abordagem, não devendo em hipótese nenhuma ser uma mera repetição do que já foi dito ou escrito, fato ocorrido normalmente na análise de monografias de conclusão de curso.

Uma curiosidade referente à pesquisa bibliográfica é referida por Vergara (2000, p. 48). A autora concorda que a pesquisa bibliográfica fornece instrumental para qualquer tipo de pesquisa, mas afirma também que “pode esgotar-se em si mesma”.

Também Gil (1991, p. 64) afirma que, de um modo geral, os dados bibliográficos são dados complementares. “Há, no entanto, pesquisas em que os dados obtidos a partir de fontes bibliográficas são utilizados de maneira exclusiva”.

Os autores não fornecem subsídios capazes de esclarecer tais afirmações. Contudo, ao se observar alguns estudos comparativos, pode-se verificar a autenticidade do fato. Tais estudos são subsidiados apenas pela bibliografia existente e abordados através de um novo enfoque. Realmente esgotam-se na bibliografia.

Gil (1991, p. 50) nos traz uma importante contribuição com relação às vantagens e limitações da pesquisa bibliográfica. Segundo o autor, a principal vantagem deste tipo de pesquisa reside no fato de que permite ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla caso se fizesse uma pesquisa direta. A principal desvantagem refere-se à utilização de fontes secundárias, que podem comprometer muito a qualidade da pesquisa, por apresentar dados coletados ou processados de forma equivocada. Deve-se cuidar com a tendência de se produzir ou mesmo de se ampliar esses erros. Para minimizar essa possibilidade, torna-se altamente recomendável assegurar-se das condições em que os dados foram obtidos, analisar em profundidade as informações para descobrir possíveis incoerências ou contradições e utilizar fontes diversas, com bastante cuidado.

Apesar disso, não se pode negar a importância da pesquisa bibliográfica no processo de investigação. Fachin (2001, p. 125) resume a importância da pesquisa bibliográfica, ao afirmar

que “[...] é a base para as demais pesquisas e pode-se dizer que é um constante na vida de quem se propõe a estudar”.

3.6 ESTUDO DE CASO

O estudo de caso constitui-se em um método amplamente utilizado para a execução da pesquisa exploratória, o que não significa que outros tipos de pesquisa não possam utilizar-se de tal método. Trata-se de um estudo em profundidade de uma unidade de interesse, que pode ser único ou múltiplo e a unidade de análise pode ser uma ou mais pessoas, família (s), produto (s), empresa(s) ou unidade(s) da empresa, um órgão público, ou mesmo um país ou vários países.

Enfim, trata-se do estudo de casos isolados, em que a análise deve ser feita com profundidade, detalhadamente e de forma exaustiva, considerando as influências internas e externas.

Gil (1991, p. 59) pressupõe a existência de alguns fatores para os quais o estudo de caso é recomendável, tal como na fase inicial de uma investigação sobre temas complexos, em que se exige a construção de hipóteses ou reformulação do problema. “Também se aplica com pertinência nas situações em que o objeto de estudo já é suficientemente conhecido a ponto de ser enquadrado em determinado tipo ideal.”

Yin apud Roesch (1999, p. 253) aborda a questão de forma mais abrangente, ao descrever circunstâncias em que é recomendável o estudo de caso único ou de casos múltiplos. Segundo o autor, o caso único é apropriado quando se tem um caso crítico para testar (confirmar, desafiar, expandir), quando se tratar de um caso extremo ou singular, tão raro que vale a pena documentar, ou quando se tratar de um caso revelatório que ofereça a oportunidade de observar e examinar um fenômeno previamente inacessível a investigação científica.

Já a utilização de casos múltiplos é mais apropriada quando o enfoque estiver baseado na comparação de semelhanças e no destaque das diferenças. No caso das semelhanças, examinam-se tendências que presumivelmente estão afetando a todos, quando se tratar do destaque das diferenças, estas estão definidas a priori e exploradas com o fim específico de se construir uma teoria.

Pelas características mencionadas, o estudo de caso apresenta algumas vantagens e limitações. As principais vantagens, de acordo com Gil (1991, p. 59), são as seguintes:

1. O estímulo a novas descobertas;
2. A ênfase na totalidade - focaliza o problema como um todo, superando o problema comum em levantamentos em que a análise individual dá lugar à análise de traços;
3. A simplicidade dos procedimentos quando comparados com outras modalidades.

A principal desvantagem do estudo de caso refere-se a dificuldade de generalização dos resultados obtidos. Se a unidade escolhida for anormal em relação às outras do mesmo tipo, naturalmente os resultados serão bastante equivocados. Por isso, cabe lembrar que, embora se processe de uma forma relativamente simples, o estudo de caso exige um nível de capacitação mais elevado do pesquisador.

3.7 PESQUISA DOCUMENTAL

Sua classificação refere-se ao procedimento a ser utilizado no processo de pesquisa. Similarmente à pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental consiste em um instrumental de apoio a qualquer pesquisa. O que difere ambas essencialmente é a natureza das fontes, conforme explica Gil (1991, p. 51), ao afirmar que a segunda se utiliza basicamente de contribuições dos diversos autores, enquanto que a primeira vale-se de materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

Tais documentos podem ser aqueles conservados em órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos etc. Incluem-se aqui outros documentos, tais como cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins etc. São os chamados documentos de “primeira mão”, pois não receberam ainda nenhum tratamento analítico.

Existem também os documentos de segunda mão, que são aqueles que já foram examinados de alguma forma, tais como relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc. Nesse ponto, pode-se confundir com a pesquisa bibliográfica, já que qualquer material impresso pode ser classificado como bibliográfico.

A pesquisa documental apresenta a vantagem de que os documentos constituem uma fonte rica e estável de dados e sobrevivem ao longo do tempo e é uma importante fonte de dados em

pesquisa histórica, além de apresentarem um baixo custo. Outra vantagem é o fato de não exigir contato com os sujeitos da pesquisa, e existem alguns casos em que é muito difícil ou até mesmo impossível fazer tal contato.

A principal desvantagem da pesquisa documental refere-se a não representatividade e a subjetividade dos documentos. Com relação à primeira, o pesquisador pode amenizá-la ao considerar um grande número de documentos e fazer a seleção pelo critério de aleatoriedade. Já a subjetividade é um fator mais crítico, por isso é importante que o pesquisador seja cauteloso na elaboração de suas conclusões definitivas.

Por outro lado, um estudo baseado em documentos pode não responder definitivamente a um problema, mas podem proporcionar uma visão mais clara do problema, ou então levantar hipóteses a serem testadas por outros meios.

3.8 PESQUISA PURA X PESQUISA APLICADA

Essa classificação considera a motivação do estudo.

Vergara (2000, p. 47) define a pesquisa aplicada como sendo “fundamentalmente motivada pela necessidade de resolver problemas concretos, mais imediatos ou não”. Já a pesquisa pura é motivada pela curiosidade intelectual do pesquisador.

Ander-Egg (*apud* LAKATOS 1996, p. 19) afirma que a pesquisa pura busca o progresso científico e a ampliação de conhecimentos teóricos, sem a preocupação com a utilização prática. Basicamente, esta é a distinção básica entre uma e outra, ou seja, a utilização dos resultados da pesquisa aplicados ou não à prática.

3.9 PESQUISA DE LABORATÓRIO X PESQUISA DE CAMPO

Essa classificação refere-se ao contexto onde a pesquisa é realizada.

Vergara (2000, p. 47) estabelece a distinção entre as duas ao estabelecer que a pesquisa de campo é realizada no local onde ocorre ou ocorreu determinado fenômeno, ou em um local que disponha de elementos para explicá-la. Consiste na observação de fatos tal como ocorrem espontaneamente. Já a pesquisa de laboratório é realizada em local circunscrito, em face da relativa impossibilidade de fazê-la em campo.

O local a que a autora se refere trata-se de recintos fechados ou ao ar livre; ambientes artificiais ou reais (LAKATOS; MARCONI, 1996). A impossibilidade referida pela autora trata-se do requisito de controle e manipulação necessários em alguns experimentos, só possíveis de serem feitos em laboratório, porque permite ao pesquisador criar condições exatas que desejaria ter e na qual ele controla algumas e manipula outras variáveis (FESTINGER; KATZ *apud* MATTAR, 1999).

Lakatos e Marconi (1996, p. 78) apresentam algumas vantagens verificadas na pesquisa de campo, tais como o acúmulo de informações sobre um dado fenômeno para serem analisados por outros pesquisadores, e a facilidade na obtenção de uma amostragem de indivíduos sobre determinada população ou classe de fenômenos.

As desvantagens citadas referem-se a um pequeno grau de controle sobre a situação de coleta de dados, e a possibilidade de que fatores desconhecidos possam interferir nos resultados, além de que o comportamento verbal pode ser relativamente de pouca confiança, pelo fato de os indivíduos falsearem suas respostas.

3.10 PESQUISA QUALITATIVA X PESQUISA QUANTITATIVA

Esta abordagem de classificação é mais encontrada na literatura norte-americana. Trata-se mais de um estilo de pesquisa do que propriamente uma classificação. Para evidenciar as diferenças entre as duas abordagens, apresenta-se abaixo um quadro comparativo, elaborado a partir das idéias de Mauch e Birch (1998, p.18), para evidenciar suas principais características.

Quadro 2**Comparativo: Pesquisa Qualitativa x Pesquisa Quantitativa**

PESQUISA QUALITATIVA	PESQUISA QUANTITATIVA
Depende de dedução – conclusões raciocínio ou inferências de princípios gerais para particulares.	Depende de indução - generalizações pela coleta, exame e análise de casos específicos.
Requer envolvimento do pesquisador com as pessoas, eventos e ambiente como parte integrante do processo.	Requer imparcialidade por parte do pesquisador.
Oferece valor especial no processo de produção de novos conceitos ou teorias.	Foco no exame de teorias e generalizações de pesquisa.
Procura fornecer descrição completa do fenômeno em toda sua complexidade.	Procura estabelecer relacionamento de causa e efeito em ou entre experiências.
Tenta descobrir e mostrar suposições que estão por trás das ações ou eventos.	Focaliza mais no teste das suposições em vigor.
Usa contextos de uma situação natural como dados primários. Lida com descrições detalhadas dos contextos de uma situação.	Constrói ou controla contextos de uma situação e lida com quantidades e números como dados primários.
Inicia com questões ou problemas amplos e procura limitá-los.	Inicia com fenômeno específico e tenta relacioná-los a outros, para esclarecer questões mais amplas.
Tende a lidar com amostras pequenas e únicas (sem igual).	Encoraja o estudo de grandes amostras e altamente representativas.
Considera o contexto dos eventos como parte integrante dos dados primários.	Tende a desconsiderar o contexto ou controlá-lo, para minimizar influências de nuances que possam afetá-lo.
Depende profundamente de relatar, informar para demonstrar significância.	Utiliza análise estatística, particularmente empregando probabilidades, para demonstrar significância.

Em função das características acima mencionadas, percebe-se que o enfoque quantitativo é o mais usual em termos de pesquisa científica. O que não significa que não existam pesquisas que trabalhem com aspectos qualitativos, principalmente a chamada pesquisa-ação, que será vista mais adiante, ou até mesmo pesquisas que utilizem aspectos qualitativos e quantitativos. De acordo com Roesch (1999, p. 125), entretanto, a abordagem qualitativa é ainda considerada de pouca importância no meio científico, e os seus defensores muitas vezes sofrem discriminação.

3.11 PESQUISA AÇÃO/PESQUISA PARTICIPANTE

Roesch (1996:156) apresenta-nos argumentos consistentes que contribuem para a compreensão do significado dessas duas modalidades de pesquisa. O enfoque da pesquisa-ação requer que o pesquisador interprete o mundo real a partir da perspectiva dos sujeitos de sua investigação. Os pesquisadores sentem-se incomodados pelo fato de tratarem os indivíduos como fonte de dados e se perguntam: “o que os participantes levam da pesquisa? Ou por que deve o pesquisador esperar que as pessoas revelem dados, em especial os ameaçadores, a menos que recebam algo em troca?”.

Na pesquisa-ação, o pesquisador que está envolvido em uma situação por algum tempo tem mais oportunidade de desenvolver algum nível de confiança com os demais participantes. Em alguns casos, porém, isto não é suficiente, especialmente em situações em que se lidam com pessoas poderosas e qualificadas, que dependem muitas vezes do sigilo de informações relevantes para garantir sua continuidade dentro de uma empresa.

Nesse contexto, torna-se necessário que o pesquisador consiga conquistar a confiança através de um processo de pesquisa que tenha alguma relevância para as pessoas implicadas.

Ainda, segundo a mesma autora, grande parte das prescrições na teoria organizacional nada tem a ver com o que os gerentes fazem na realidade.

Por isso, na pesquisa-ação, a suposição é que se pode aprender sobre processos e resultados da intervenção, sobre o que é ou não possível, sobre o que ou funciona ou não, exatamente porque este é o modo como os fatos acontecem e as pessoas agem numa situação particular. (ROESCH, 1996, p. 157)

Gil (1991, p. 60), por outro lado, ao mencionar o contexto da pesquisa-ação na comunidade científica, afirma que a mesma tem sido objeto de bastante controvérsia porque, ao exigir o envolvimento ativo do pesquisador e a ação por parte das pessoas ou grupos envolvidos no problema, tende a ser vista em certos meios como desprovida da objetividade que deve caracterizar os procedimentos científicos. O autor afirma que, apesar de tais críticas, essa pesquisa vêm sendo reconhecida como muito útil, sobretudo por pesquisadores identificados por ideologias “reformistas e participativas”.

Já a pesquisa participante, de acordo com Gil (1991, p. 61), assemelha-se muito à pesquisa-ação, em virtude de caracterizar-se pela interação entre pesquisador e membros da

situação investigada. Porém, envolve posições valorativas, derivadas sobretudo do humanismo cristão e certas concepções marxistas e é bem-vista entre grupos religiosos voltados à ação comunitária.

Pelas características mencionadas, é compreensível porque essas duas modalidades de pesquisa geram controvérsias na comunidade científica. Envolvem valores, ações, quer por parte do pesquisador, quer por parte dos participantes, o que implica subjetividade, característica esta que pode comprometer os resultados apurados. Além disso, envolvem também uma questão básica reportada neste estudo, a do problema não-científico, caracterizado por questões de valor, justamente o foco da pesquisa ação.

Entretanto, é importante destacar que os resultados obtidos por essas pesquisas podem ser extremamente úteis à comunidade científica, pois, à medida que medidas de ação são implantadas, por iniciativa dos pesquisadores e participantes de uma pesquisa desse tipo, seus resultados podem fornecer direções preciosas para estudos futuros.

4 CONCLUSÃO

Tão importante quanto definir o problema de pesquisa dentro de um relatório de pesquisa, quer seja ele um projeto, uma monografia, uma dissertação ou uma tese, é a definição do tipo de delineamento da pesquisa que será utilizado, principalmente pelo fato de que ambos estão estreitamente relacionados.

Dessa forma, este estudo identificou três categorias principais de pesquisa relacionadas aos seus objetivos: exploratória, descritiva e causal.

A pesquisa exploratória é mais apropriada em situações em que o problema de pesquisa não é claro, ou não existe um estudo anterior que possa subsidiar os fatos a serem pesquisados, e, em consequência, os dados requeridos não são claros. Os dados obtidos através de uma pesquisa exploratória podem fornecer indicações preciosas da necessidade de futuros estudos, pois abrem um caminho inexplorado, onde provavelmente há muita coisa a ser feita, como também podem indicar que futuros estudos podem ser desnecessários ou improdutivos.

Já a pesquisa descritiva é mais apropriada a casos em que quer se conhecer características de determinado grupo, estabelecer, conhecer as relações existentes entre variáveis, bem como avaliar os impactos de implantação de um determinado programa. Os dados obtidos através de

uma pesquisa descritiva também fornecem importantes direções a serem seguidas em estudos futuros, principalmente quando indicam a existência de relação entre variáveis e quer se conhecer a extensão dessa relação.

A pesquisa causal ou experimental, por sua vez, é mais apropriada quando se deseja conhecer as causas, os porquês de determinado fato ou fenômeno. Não se trata de escolher uma ou outra, já que o propósito da pesquisa é absolutamente o mesmo, e a diferença está somente na nomenclatura.

Também merece destaque a pesquisa bibliográfica que é de fundamental importância tanto no desenvolvimento de uma pesquisa exploratória, descritiva ou experimental, quanto em estudos que venham a se esgotar na própria bibliografia, ou seja, é uma modalidade de pesquisa que, além de auxiliar todas as demais, pode ser utilizada de maneira exclusiva, através da abordagem de um assunto amplamente estudado por outros autores, mas vistos por um novo enfoque, a exemplo de estudos comparativos.

Portanto, essas modalidades de pesquisa são as opções mais usuais e recomendáveis na elaboração de um relatório de pesquisa. A partir daí, devem-se selecionar os procedimentos mais adequados ao seu desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

KERLINGER, F. N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**: um tratamento conceitual. São Paulo: EPU/EDUSP, 1980.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e prática da pesquisa. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LAKATUS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LAKATUS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, elaboração, análise e interpretação dos dados. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1985.

LOCKE, L. F. *et al.* **Reading and understanding research**. Thousand Oaks: Sage, 1998.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**: metodologia, planejamento. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 1 v.

MAUCH, J. E.; BIRCH, J. W. **Guide to the successful thesis and dissertation**: a handbook for students and faculty. 4. ed. New York: Marcel Dekker, 1998.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993

PARASURAMAN, A. **Marketing research**. 2. ed. New York: Addison-Wesley Publishing Company, 1991.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudo de caso. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, J. A.; PARRA FILHO, D. **Metodologia científica**. 1. ed. Porto Alegre : Futura, 1998.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.